



ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

DELIBERAÇÃO

SOBRE

QUEIXA DO "SEMANÁRIO TRANSMONTANO"

CONTRA O HOSPITAL DISTRITAL DE CHAVES

(Aprovada na reunião plenária de 13.MAI.98)

I - Em 21 de Abril de 1998, deu entrada na Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) uma queixa do director do "Semanário Transmontano", de Chaves, contra o presidente do conselho de administração do Hospital Distrital da mesma cidade.

Alega o queixoso não ter obtido respostas a "uma série de perguntas relacionadas com o funcionamento daquela unidade hospitalar", sendo certo que as matérias abordadas se revestem de "inegável interesse para o público e para os leitores" do jornal.

Entende, assim, que, ao dirigir-se ao presidente do hospital, exerceu o "direito de informação" que lhe conferem a Constituição da República, a Lei de Imprensa, o Estatuto da Imprensa Regional e o Estatuto do Jornalista.

De acordo com o "aviso de recepção" anexo à queixa, a carta do jornal contendo as perguntas chegou ao hospital em 19 de Março.

II - As perguntas, em número de 31, enviadas pelo director do "Semanário Transmontano" ao presidente da administração do Hospital Distrital de Chaves estão divididas por temas, a saber: Bloco, Médicos, Equipamentos, Cesarianas, Docência e Liga dos Amigos.

Assim:

"Bloco

1. Nos últimos três anos quantas operações cirúrgicas, de urgência e de 'rotina', foram feitas no bloco operatório desse hospital nas especialidades de otorrinolaringologia, oftalmologia, urologia, cirurgia geral, orto traumatologia, obstetrícia e ginecologia?

2. Quantas operações - das previamente marcadas - tiveram de ser adiadas por causa de casos de urgência?

3. Quantas operações de "rotina" foram feitas depois das 14.00 horas?

4. Quantas operações foram feitas em casos de urgência no período compreendido entre as 20h00 e as 8h00?

5. Qual é o tempo médio de espera para as intervenções de cirurgia geral com marcação prévia, excepto a oncologia?

./.

1370



ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

- 2 -

Médicos

6. Que especialidades médico-cirúrgicas, nos mesmos últimos três anos, ficaram escaladas na modalidade de presença física nos turnos das 20.00h às 8.00h?

7. Quanto é que o Estado (por intermédio do HDC) paga pela presença física de um médico especialista durante uma noite?

8. Os médicos escalados para serviço nocturno de urgência podem dormir nas instalações do hospital?

9. O hospital possui instalações próprias para que os médicos de serviço nocturno possam dormir nas horas vagas? Onde se situam essas instalações?

10. Desde que presta serviço no Hospital Distrital de Chaves, quantos serviços de urgências foram garantidos pelo médico Dr. Paiva Ribeiro?

11. Desde que presta serviço no Hospital Distrital de Chaves, quantas horas o médico Dr. Paiva Ribeiro trabalhou em regime de horas extraordinárias?

12. A especialista de otorrinolaringologia Dr^a Helena Tomás Girão já era do quadro desse hospital quando apenas trabalhava um dia por semana no Hospital Distrital de Chaves?

13. A mesma especialista, actualmente, presta serviço nesse hospital durante os fins-de-semana?

Equipamentos

14. O Hospital Distrital de Chaves vai adquirir algum aparelho de Tomografia Axial Computadorizada (TAC)? Quanto custa?

15. Quantos especialistas médicos em radiologia possui o HDC para poderem funcionar e rentabilizar o referido equipamento?

16. Não possuindo esse hospital a especialidade de neurocirurgia, quem tratará dos doentes a quem foram diagnosticadas lesões que necessitem intervenções cirúrgicas enquadradas nessa especialidade?

17. Por que razão actualmente os doentes que necessitam de fazer TAC são encaminhados por esse hospital para a Casa de Saúde da Boavista, no Porto, e não para o hospital distrital de Vila Real?

18. A determinada altura foi assinado um protocolo entre esse hospital e outras entidades ligadas à área da oncologia com a finalidade de diminuir a lista de espera dos doentes dessa área. No âmbito desse protocolo o Hospital Distrital de Chaves recebeu alguma verba para os equipamentos necessários ao tratamento destes doentes?

19. Como se explica que nesse hospital sejam feitos ciclos de citostáticos (quimioterapia) sem que possua condições para tal, designadamente câmara de fluxo laminar?

./.



ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

- 3 -

20. Qual foi a verba que o HDC recebeu para a aquisição de um microscópio, para a realização de intervenções cirúrgicas na área de otorrinolaringologia?

21. A partir dessa aquisição, quantas intervenções cirúrgicas são feitas por ano ao ouvido médio e interno?

Cesarianas

22. Nos últimos cinco anos quantas cesarianas foram feitas no Hospital Distrital de Chaves?

23. E, no mesmo período, quantos casos se registaram de nados-mortos?

Docência

24. Quem são os médicos do Hospital Distrital de Chaves que exercem funções de docência na Escola de Enfermagem de Chaves?

25. Se os referidos médicos exercem nesse hospital em regime de exclusividade, podem auferir salários ou remunerações da Escola de Enfermagem por ali ministrarem aulas?

26. Desde que Escola de Enfermagem de Chaves iniciou a sua actividade, o Hospital Distrital de Chaves passou a dispensar dois enfermeiros-chefes para ali exercerem funções de docência e direcção. Nessa altura o HDC tinha no seu quadro enfermeiros-chefes em excesso? Ou, para suprimir as carências existentes, alguns serviços eram chefiados por enfermeiros sem possuírem taal categoria?

27. Dado que agora todos os serviços desse hospital já possuem enfermeiros-chefes, que serviços vão chefiar os enfermeiros actualmente a exercer funções na escola de enfermagem quando regressarem a esse hospital?

Liga dos Amigos

28. A Sr^a D. Margarida Esteves Rodrigues, esposa do Sr. Nuno Rodrigues, que foi presidente da Liga dos Amigos do Hospital Distrital de Chaves, foi operada nesse hospital, após ter sido internada no Serviço de Cirurgia 2.

29. Quem foi o cirurgião que a operou?

30. Após a intervenção cirúrgica, em que enfermaria e em que cama, ou em que quarto particular, convalesceu a doente?

31. O facto de a senhora ser esposa do ex presidente da Liga dos Amigos do Hospital conferia-lhe algum direito a tratamento especial e diferente do prestado aos doentes comuns?"

III - Oficiou-se ao presidente do conselho de administração do Hospital Distrital de Chaves, solicitando-lhe que informasse o que tivesse por conveniente sobre a queixa.

./.



ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

- 4 -

Respondeu, por comunicação entrada na AACS em 7 de Maio:

"1 - Nunca esta Administração pensou ou teve a veleidade em infringir a lei de imprensa no que respeita à informação que é devida aos órgãos de Comunicação Social.

2 - A demora na resposta deve-se ao facto de as questões serem mais que muitas e ser necessário colher informação para responder."

A terminar, pede o parecer desta Alta Autoridade sobre se algumas das questões formuladas pelo periódico não envolverão "sigilo profissional ou outro".

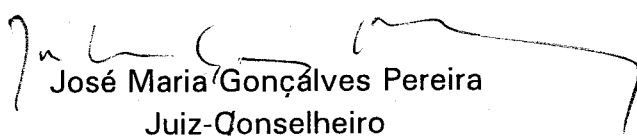
IV - Com efeito, a extensão do questionário e a sua complexidade - designadamente por, em alguns casos, poder envolver "sigilo profissional ou outro", não sendo, no entanto, a AACS o órgão próprio para se pronunciar sobre este aspecto... - parece-nos não se compadecerem com a celeridade exigida pelo jornal para a resposta do hospital, que manifesta não pretender eximir-se a dá-la, logo que disponha dos elementos necessários.

Assim, delibera-se o arquivamento do processo.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, com votos de Torquato da Luz (relator), José Maria Gonçalves Pereira, Eduardo Trigo, Cipriano Martins, Maria de Lurdes Breu, Artur Portela, Sebastião Lima Rego, Alberto de Carvalho, Beltrão de Carvalho e José Garibaldi.

Alta Autoridade para a Comunicação Social,
em 13 de Maio de 1998

O Presidente,


José Maria Gonçalves Pereira
Juiz-Conselheiro

/CA

1373